

# TSE quer reforçar regras sobre lives nas eleições

Sugestões de resoluções para 2024 apresentadas pelo tribunal incluem proibição para presidente, governador e prefeito promoverem candidaturas de aliados em transmissões ao vivo feitas dentro da residência oficial

RAFAEL MORAES MOURA  
rafael.moraes.moura@globo.com.br

N a esteira de discussões recentes sobre o uso de lives eleitorais pela campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluiu entre suas propostas de resoluções para as eleições de 2024 regras para as transmissões ao vivo em plataformas digitais durante os pleitos. O tema consta entre as sugestões elaboradas pela equipe da vice-presidente da Corte, Cármen Lúcia, e divulgadas anteontem, segundo informações da coluna de Malu Gaspar no site do GLOBO.

Em outra frente, o tribunal confirmou a intenção de fixar normas para o uso de tecnologias de inteligência artificial pelos candidatos, diante da preocupação com sua eventual aplicação em campanhas de desinformação.

Os textos, que tratam de diversos assuntos, ainda serão discutidos em audiências públicas no fim deste mês e estarão sujeitos a alterações. As regras, se mantidas, serão aplicadas já nas próximas eleições e servirão de diretrizes para toda a Justiça Eleitoral.

Pela minuta, ocupantes dos cargos de presidente, governador ou prefeito somente poderão fazer lives eleitorais na residência oficial em prol de suas próprias candidaturas, sem a possibilidade de pedir votos para aliados.

Além disso, apenas o próprio detentor do cargo poderá participar da transmissão.

A live só poderá ocorrer na residência oficial em "ambiente neutro, desprovido de símbolos, insígnias, objetos,



Normas em debate. Falar o TSE. Tribunal apresentou esta semana sugestões de minutas para as resoluções que serão aplicadas nas eleições de 2024

decoreção ou outros elementos associados ao poder público ou ao cargo ocupado". Também fica proibido o auxílio de servidores públicos na organização e realização da live.

## PRESTAÇÃO DE CONTAS

O texto exige que a prestação de contas de campanha registre os gastos efetuados com as transmissões e podcasts, "inclusive referentes a recursos e serviços de acessibilidade", como, por exemplo, o emprego de intérpretes de Libras. Entre as punições listadas, em caso de descumprimento, estão a aplicação de multa de até R\$ 106,4 mil e a cassação do registro ou diploma do candidato.

As sugestões sobre lives para ocupantes de mandato no Executivo foram rejeitadas de

entendimento fixado pelo próprio tribunal, em outubro do ano passado, quando julgou lives realizadas por Bolsonaro na biblioteca do Palácio da Alvorada na campanha de 2022.

O ex-presidente chegou a manusear santinhos de outros candidatos para pedir votos a aliados. Bolsonaro acabou absolvido. Os ministros entenderam que o caso não era grave o suficiente para ser enquadrado como abuso de poder político. Mas o TSE reconheceu que houve ato de campanha em um bem público e fixou, na ocasião, um entendimento para o uso das residências oficiais para transmissões ao vivo e podcasts. O julgamento foi provocado por uma ação do PDT.

## Propostas do tribunal em análise

### > Ocupantes de cargos do Executivo: o texto apresentado estabelece que presidente, governadores e prefeitos só poderão fazer transmissões ao vivo dentro da residência oficial voltadas exclusivamente para sua candidatura, sem promoção de aliados. Somente o ocupante do cargo poderá participar da live.

### > Descaracterização: o candidato somente poderá fazer lives na residência oficial em "ambiente neutro, desprovido de símbolos, insígnias, objetos, decoreção ou

outros elementos associados ao poder público ou ao cargo ocupado".

### > Informação sobre uso de IA: conteúdos fabricados e manipulados por tecnologias digitais, incluindo as de inteligência artificial, usados na propaganda eleitoral devem ser acompanhados de informação explícita e destacada de que foram alterados. Isso vale, por exemplo, para quem cria, substitui, omite, mescla, altera a velocidade, ou sobrepõe imagens ou sons, em edição que ultrapasse ajustes destinados à melhoria da qualidade da imagem ou som.

### > O texto prevê que os partidos e candidatos que não forem transparentes na divulgação do uso dessas tecnologias ao público podem ser enquadrados em penalidades previstas no artigo 323 do Código Eleitoral.

### > Também fica vedada a utilização de conteúdo fabricado ou manipulado de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente desconcontextualizados com potencial de causar danos ao equilíbrio do pleito ou à integridade das eleições. (Colaborador Marlen Couto)

## CPI que mira Lancellotti gera embate entre Nunes e Boulos

Oito vereadores retiraram apoio à comissão, mas não a enterraram

BIANCA GOMES  
bianca.gomes@globo.com.br

A proposta de CPI que mira a atuação do padre Júlio Lancellotti no centro da capital paulista se tornou o primeiro grande embate do ano entre o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) e o prefeito Ricardo Nunes (MDB), ambos pré-candidatos à prefeitura de São Paulo. Após Boulos escrever em suas redes sociais que Nunes quer investigar o religioso, o prefeito chamou o líder sem-teto de "canalha" e o

acusou de usar a figura do padre para se "promover politicamente".

A gestão Ricardo Nunes tem diversos indícios de corrupção: contratos bilionários sem licitação, obras "emergenciais" superfaturadas, compra de fraldas pelo dobro do custo. E o que Nunes quer que a Câmara investigue? Um padre que dedica sua vida a alimentar os mais pobres. O nome disso é cortina de fumaça. Há a cara de pau", escreveu o psolista no X (antigo Twitter).

Ao GLOBO, Nunes refor-

çou que é cristão praticante, frequentador de missas e que falou com Júlio Lancellotti e outros integrantes da Igreja Católica para deixar claro seu "respeito pela fé cristã". — Esse cara (Boulos) é um canalha. Um político de esquerda que defende o otimismo do Hamas um exemplo de movimento político, que é um agitador que defende o aborto, que agora usa a figura de um padre para me atacar e se promover politicamente — disse Nunes.

## RETIRADA DE APOIO

Nos últimos dias, aliados de Boulos passaram a associar o prefeito à eventual abertura da CPI das ONGs na Câmara Municipal de São Paulo, cujo alvo principal é o padre Júlio Lancellotti. Isso porque o requerimento para criação e instalação da comissão contou com o apoio de vereadores da base do prefeito, incluindo o seu líder na Casa Legislativa, Fabio Riva (PSDB). Os parlamentares, porém, ressaltam que o texto do requerimento, escrito pelo vereador



Reação. Para defender padre, Boulos atacou prefeito



Resposta. Nunes disse que adversário quer se promover

Rubinho Nunes (União), não citava Júlio Lancellotti. — O objeto (da CPI) é investigar as entidades que recebem dinheiro público para fazer algum tipo de trabalho no centro de São Paulo. Se a entidade do padre Júlio Lancellotti não tem verba pública, não entendo o motivo da convocação. Extrapolou o pedido da CPI — declarou Riva, ao GLOBO, na quinta-feira.



Alvo. Padre Júlio Lancellotti

Pelo menos oito dos 22 vereadores que assinaram o documento pela abertura da CPI retiraram o seu apoio à criação da comissão. O movimento, no entanto, não a enterra de vez, faz apenas com que o colegiado perca força política, como explica o advogado Wellington Arruda, especialista em gestão pública. — Tecnicamente, o protocolo de pedido de instauração da CPI atingiu seu intento quando dispôs dos requisitos exigidos no regimento interno da Casa, que é o requerimento protocolado ser assinado por 1/3 dos vereadores — diz Arruda, que é criminalista e mestre em direito pelo IDP. — Com isso, o requerimento vai para a fila comum de CPIs já protocoladas e dependerá da vontade política

da Casa para avançar, especialmente do presidente da Câmara, Milton Leite (União), que detém o monopólio da pauta. Não existe retirar assinatura. Existe retirar apoio e votar no sentido contrário quando em votação. O regimento interno da Câmara prevê o funcionamento simultâneo de no máximo, duas CPIs e, no máximo, cinco. Hoje, o Legislativo acumula três CPIs em andamento (Enel, Furto de Fios e Calce à que investiga a violência contra a mulher). A escolha de comissões se dá por consenso entre os representantes das bancadas e o presidente da Casa, no chamado "colégio de líderes". Após a definição, vota-se a criação da CPI em plenário. Para aprová-la, são necessários 28 votos favoráveis.

**Carolina Joias**  
**COMPRO JOIAS EM OURO**  
OURO - JOIAS ANTIGAS - PRATA - BRILHANTES - RELÓGIOS DE LUXO  
PLATINA - MARFIM - MOEDAS EM GERAL - ANTEQUÁRIAS  
QUADROS - ESCULTURAS - OBRAS DE ARTE - PRATEARIAS  
(VENDA, CONSERTO, FABRICAÇÃO DE JOIAS EM GERAL)  
ESCOLHA SEMPRE UMA EMPRESA SEGURA  
COM CREDIBILIDADE HÁ 34 ANOS NO MERCADO  
\* NÃO VENDA ANTES DE NOS CONSULTAR  
\* CUBRO ORELA  
\* PAGAMENTO NA HORA  
\* ATENDIMENTO EM DOMICÍLIO  
Shopping Olímpia Center  
Rua Piquete de Magalhães, 588 / Terno - Loja 92 - Capatzena  
Shopping Casino Atlântico  
Rua Francisco Ottoni, 28 / Terno - Loja 9 e 117 - Capatzena  
C) carolinajojas.com.br  
98059-7001 97940-2930 2235-8289 3988-3985